

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
SEGURANÇA PÚBLICA E FRONTEIRAS**

DOURADOS/MS

2022

- Reformulado pela Deliberação CPPGI/CEPE-UEMS N° 317, de 15 de agosto de 2022.
- Homologado pela Resolução CEPE-UEMS N° 2.494, de 12 de setembro de 2022.
- Adequação pela CI SAPG/PROPI N° 50, de 25 de outubro de 2022.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

A Comissão de reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Segurança Pública e Fronteiras, da Unidade Universitária da UEMS/Dourados/MS, constituída pela Portaria UEMS-PROPPI nº 036/2022, de 29 de abril de 2022, republicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, de nº 10.871, de 27 de junho de 2022, p. 88, tem como membros os seguintes docentes:

Prof. Dr. Wander Matos de Aguiar (Presidente)

Prof. Dr. Rogério Turella

Prof.^a Dra. Vania Mara Basilio Garabini

SUMÁRIO

I.	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	
1.1	Nome	4
1.2	Proponente	4
1.3	Local de realização	4
1.4	Período de realização	4
1.5	Público alvo	4
1.6	Carga horária e distribuição dos créditos	4
1.7	Número de vagas	4
1.8	Área de conhecimento	4
1.9	Certificação	4
II.	ASPECTOS HISTÓRICOS	
2.1	Histórico da UEMS	4
2.2	Histórico do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública da UEMS	5
III.	DIRECIONAMENTOS GERAIS DO CURSO	
3.1	Contextualização demanda comprovada e Justificativa	6
3.2	Objetivos gerais e específicos	7
3.2.1	Objetivo Geral	7
3.2.2	Objetivo Específico	7
3.3	Perfil Profissional	7
3.4	Aspectos metodológicos	7
3.5	Sistema de avaliação	8
IV.	DOS PROCEDIMENTOS ACADÊMICOS	8
V.	GESTÃO ADMINISTRATIVO PEDAGÓGICA	
5.1	Coordenador de Curso	8
5.2	Colegiado de Curso	8
5.3	Corpo docente	9
VI.	ESTRUTURA FÍSICA, RECURSOS MATERIAIS E ACERVO BIBLIOGRÁFICO	
6.1	Sala de aula	9
6.2	Biblioteca	9
6.3	Laboratórios e equipamentos	10
6.4	Recursos tecnológicos	10
VII.	MATRIZ CURRICULAR	
7.1	Carga horária	10
7.2	Ementário e bibliografia das disciplinas	12
	ANEXO I - CORPO DOCENTE	30

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1. Nome

Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Segurança Pública e Fronteiras.

1.2. Proponente

Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

1.3. Local de realização

Unidade Universitária de Dourados.

1.4. Período de realização

O Curso, de caráter temporário, terá a duração mínima de 12 (doze) e a máxima de 18 (dezoito) meses.

1.5. Público alvo

O público-alvo da especialização são portadores de graduação superior em qualquer área do conhecimento, profissionais da Área de Segurança Pública, Magistrados, Promotores de Justiça, Procuradores da República e Integrantes das Forças Armadas Brasileiras.

1.6. Carga horária e distribuição dos créditos

A estrutura curricular do Curso é composta por carga horária total de 360 (trezentos e sessenta) horas, equivalentes a 24 (vinte e quatro) créditos, que serão distribuídas em disciplinas básicas, 4 (quatro) créditos e 5 (cinco) módulos com 20 (vinte) créditos, não computado o tempo de estudo individual ou em grupo, nem assistência docente, e o obrigatoriamente reservado para elaboração individual do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

1.7. Número de vagas

O número de vagas ofertadas será de, no mínimo, 20 (vinte) e, no máximo, 30 (trinta) alunos matriculados.

1.8. Área de conhecimento (CNPq)

Multidisciplinar.

1.9. Certificação

Especialista em Segurança Pública e Fronteiras.

II. ASPECTOS HISTÓRICOS

2.1 Histórico da UEMS

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com sede na cidade de Dourados, foi criada pela Constituição Estadual de 1979 e ratificada em 1989, conforme o disposto em seu artigo 48, Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias. É uma Instituição de natureza fundacional pública, mantida pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, com autonomia didático-científica, administrativa, financeira, disciplinar e

patrimonial, nos termos das legislações em vigor, e rege-se por seu Estatuto, oficializado por meio do Decreto Estadual nº 9.337, de 14 de janeiro de 1999.

Quanto aos atos Regulatórios da UEMS, registra-se que embora criada em 1979, a implantação da UEMS somente ocorreu após a publicação da Lei Estadual nº 1.461, de 20 de dezembro de 1993, e do Parecer do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul CEE/MS nº 08, de 09 de fevereiro de 1994.

Na sequência, por meio do Parecer CEE/MS nº 215 e da Deliberação CEE/MS nº 4.787, ambos de 20 de agosto de 1997, foi-lhe concedido credenciamento por cinco anos, prorrogado até 2003, pela Deliberação CEE/MS nº 6.602, de 20 de junho de 2002. O credenciamento foi concedido por meio da Deliberação CEE/MS nº 7447, de 29 de janeiro de 2004, pelo prazo de cinco anos, a partir de 2004, prazo este prorrogado pela Deliberação CEE/MS nº 8955, de 16 de dezembro de 2008, por três anos, de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2011.

A UEMS está credenciada até o dia 31 de dezembro de 2024, pela Deliberação CEE/MS n. 9.943, de 19 de dezembro de 2012, alterada pela Deliberação CEE/MS n. 12.238, de 06 de dezembro de 2021.

2.2 Histórico do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública da UEMS

Após a celebração de convênio estabelecido com a Secretaria de Estado e Justiça de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, em 2016 e, em consequência, com a implementação e oferta da primeira Pós-graduação *lato sensu* da UEMS na área de segurança pública, denominada Gestão em Segurança Pública com Ênfase em Políticas Estratégicas e Alto Comando, destinada à capacitação de 42 (quarenta e dois) Majores e Tenentes Coronéis do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar de MS, fora criado o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública da UEMS (NUPESP), que tem por escopo a realização de estudos e pesquisas voltados ao campo da Segurança Pública com fins a gerar, disseminar, incentivar e compartilhar pesquisas, práticas, projetos e experiências, dentre outras, voltadas ao avanço e melhoria da Segurança Pública em suas variadas facetas, inclusive jurídicas, de gestão e estratégicas. Da mesma maneira, busca auxiliar na capacitação de membros das diversas instituições componentes desta área.

Por sua vez, em 2017, duas novas especializações foram solicitadas pela Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, sendo: Planejamento, Inteligência e Liderança na Segurança Pública, destinada aos Tenentes Coronéis da Polícia Militar do MS e Ciências Policiais e Gestão em Segurança Pública, destinada aos Capitães da Polícia Militar de do Corpo de Bombeiros Militar de MS que, por sua vez, também foram desenvolvidas pelo NUPESP, implementadas e executadas. Todas as 3 especializações obtiveram aproveitamento de 100%

dos alunos titulados sendo, ao todo, 123 oficiais da Polícia Militar e Bombeiros Militares do Estado.

III. DIRECIONAMENTOS GERAIS DO CURSO

3.1. Contextualização da demanda comprovada e Justificativa

Tendo em vista o êxito das especializações realizadas junto aos órgãos de segurança pública de Campo Grande, bem como dos altos níveis de satisfação e avaliações positivas obtidas, a UEMS e, em consequência, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública da UEMS tem sido continuamente demandadas por novas ofertas de especializações nesta área.

Destaca-se que a necessidade de continuidade da capacitação nesta área de segurança pública já havia se tornado evidente através dos processos de avaliação das ofertas anteriores e, quando atrelada ao convênio referido, nota-se a existência de massa crítica para esta nova oferta, agora com foco na atuação destes profissionais na fronteira.

A capacitação contínua tem sido, por sua vez, uma busca permanente de todas as instituições, privadas e públicas e, em determinados momentos, constituindo-se em fator preponderante na ascensão funcional de determinados grupos de servidores, como é o caso dos militares de nosso Estado, em especial da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil e das demais forças de segurança pública e armadas.

Após análise da demanda, verificou-se a viabilidade pedagógica e técnica para a oferta de um curso capaz de atingir os objetivos buscados por aquelas instituições e seus servidores, resultando na elaboração do projeto pedagógico e regulamento do Curso, o que proporcionará a esta Universidade a ampliação de seu alcance e reconhecimento, principalmente em termos regionais, ao atender a necessidade de um ente também ligado ao Estado de Mato Grosso do Sul, demonstrando a capacidade desta Universidade em propiciar o atendimento a esta e outras demandas de igual natureza que porventura venham a se apresentar futuramente.

Por fim, a oferta deste Curso atenderá a uma demanda específica na área de segurança pública para o contínuo aprimoramento dos seus atores.

3.2. Objetivos gerais e específicos

3.2.1. Objetivo Geral

Atualizar e ampliar os conhecimentos estratégicos e de planejamento, na região de fronteira, dos profissionais da Área de Segurança Pública, Magistratura, Promotores de Justiça, Procuradores da República e Integrantes das Forças Armadas Brasileiras, para que sejam capazes de atuarem no âmbito de suas atribuições, com maior competência, de modo proativo, democrático, ético e colaborativo.

3.2.2. Objetivo Específico

- Fornecer uma formação, com base em princípios jurídicos, humanitários e éticos, capazes de promover a integração entre os agentes de segurança e a comunidade e de entender o impacto da segurança pública sobre a realidade socioeconômica brasileira;
- Promover e articular o conhecimento prático dos operadores de segurança pública com a reflexão teórica dessa realidade;
- Incentivar discussões e reflexões aprofundadas em torno da realidade da segurança pública e seus atores;
- Incentivar a produção intelectual capaz de contribuir para o processo de consolidação da segurança pública na promoção da justiça e da paz social.

3.3. Perfil do profissional

O profissional formado no Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Segurança Pública e Fronteiras deverá ser capaz de aplicar e transmitir os conhecimentos técnico-científicos adquiridos nas políticas e ações de segurança pública, ao mesmo tempo, seja capaz de ampliar o universo de profissionais qualificados, seja entre os quadros das próprias corporações, seja entre os diversos atores que hoje atuam profissionalmente na segurança pública de Mato Grosso do Sul.

3.4. Aspectos metodológicos

O Curso, será desenvolvido em 24 (vinte e quatro) créditos, que serão distribuídas em disciplinas básicas, 4 (quatro) créditos e 5 (cinco) módulos com 20 (vinte) créditos, abrangendo conteúdos específicos com a obrigatoriedade de elaboração e apresentação pública de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob a orientação de professor integrante do seu corpo docente.

Serão 330 horas presenciais e 30 horas a distância da carga horária total do Curso, por meio da plataforma *Moodle/UEMS* ficando a critério de cada docente definir sobre a(s) metodologia(s) a ser(em) utilizada(s) no desenvolvimento do conteúdo proposto. Cada docente poderá definir sobre a(s) metodologia(s) a ser (em) utilizada(s) no desenvolvimento do conteúdo proposto.

Sempre que necessário, e em interação com a Coordenação do Curso, será ofertado o Atendimento Educacional Especializado (AEE) ao acadêmico com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que contará com um plano educacional individualizado, elaborado pelo professor especializado, em colaboração com os professores regentes que ministram aulas para o acadêmico em cada disciplina/módulo e ano/série que o acadêmico esteja matriculado, em conformidade com as condições

identificadas, a partir da avaliação pedagógica e de informações complementares, segundo a legislação vigente.

3.5. Sistema de Avaliação

O desempenho obtido pelos alunos em cada disciplina dar-se-á mediante a aplicação de atividades avaliativas, realizadas presencialmente e a distância, exposição de trabalhos ou seminários ou realização de oficinas, que poderão ser realizados presencialmente, intermediados por web conferência, ou disponibilização de apresentações gravadas e sua consequente hospedagem em sites específicos para tal fim (youtube, video, etc), onde cada disciplina terá um valor expresso em créditos correspondendo cada crédito a 15 horas.

As especificidades do Sistema de Avaliação constarão do Regulamento do Curso, com observância ao Regimento Interno dos Cursos de Pós-graduação *lato sensu* da UEMS.

IV- DOS PROCEDIMENTOS ACADÊMICOS

Os Procedimentos Acadêmicos: Da Admissão do Curso, Da Matrícula, Do Aproveitamento de Estudos, Do Trancamento de Matrícula, Do Trabalho de Conclusão de Curso, Da Reoferta de Disciplinas, Do Plágio, Do Desligamento, Declaração das Disciplinas Cursadas, Das Atividades Complementares, serão especificados com detalhes no Regulamento do Curso.

V. GESTÃO ADMINISTRATIVO PEDAGÓGICA

5.1. Coordenador do Curso

O Coordenador do Curso, que presidirá o Colegiado do Curso, será um professor do quadro efetivo da UEMS, ministrante de disciplina no Curso, eleito por seus pares para um mandato de tempo em que durar a oferta do Curso.

5.2. Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso será constituído por no mínimo 3 (três) representantes docentes que ministrem disciplinas no Curso e por 1 (um) representante discente, devendo ser eleitos pelos seus pares.

5.3. Corpo docente

O corpo docente do Curso será constituído por no mínimo 30% (trinta por cento) de professores portadores de título de mestre ou doutor, obtido em Programa de Pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação e avaliado pela CAPES, dentre os quais pelo menos 50% (cinquenta por cento) deverão ser professores efetivos da UEMS, cadastrados em grupo de pesquisa do CNPq na área ou em área afim do Curso, tendo em vista a existência de convênio, devidamente fundamentado em termo de cooperação específico.

Dos professores que ministrarão as disciplinas e orientarão os alunos na elaboração do TCC será exigido o grau de especialista, mestre ou doutor com validade nacional.

VI. ESTRUTURA FÍSICA, RECURSOS MATERIAIS E ACERVO BIBLIOGRÁFICO.

6.1. Sala de Aula

A Unidade Universitária de Dourados possui um bloco destinado à Pós-graduação, com 3 (três) salas de aula, espaço físico para o funcionamento da Coordenação pedagógica do Curso com mobiliário, telefone, computador e impressora, além de equipamento para reprodução de cópias para uso da Coordenação. A estrutura física contempla ainda sala de docentes e sala para atendimento do aluno com computadores com acesso à Internet, auditório com 380 (trezentos e oitenta) lugares, laboratórios e 1 (uma) biblioteca.

6.2. Biblioteca

O acervo geral da Biblioteca/UEMS compreende: livros, folhetos, periódicos, teses, fitas de vídeo, DVDs e materiais especiais. Todo o acervo está informatizado e disponível no site www.uems.br/biblioteca com a possibilidade de acessá-lo tendo a informação no todo, dando a oportunidade de solicitar empréstimos via Biblioteca Central que se responsabiliza pelo intercâmbio.

A Biblioteca apresenta, em seu acervo, livros clássicos e obras contemporâneas, nacionais e estrangeiros, enciclopédias, dicionários, demais obras de referência e fontes de consulta, e assinaturas correntes de revistas nacionais e estrangeiras que atendem às demandas das linhas e projetos de pesquisa.

O acesso ao acervo bibliográfico é livre. Há restrições ao empréstimo de coleções e periódicos. A instituição conta com um sistema de detecção YD System para bibliotecas, com todo o acervo bibliográfico ativado, útil no controle de consultas e empréstimos.

Quanto ao empréstimo, este é regulamentado pela Resolução CEPE-UEMS nº. 1.784, de 24 de outubro de 2016, que homologou com alteração a Deliberação CECAC/CEPE-UEMS Nº 5 de 15 de setembro de 2016, que aprova o Regulamento de empréstimo do acervo e serviços prestados pela Biblioteca da UEMS.

6.3. Laboratórios e equipamentos

Os laboratórios de informática e salas especiais (multimeios, teleconferência e videoconferência) serão disponibilizados de acordo com a necessidade de cada disciplina, bem como, a utilização dos equipamentos audiovisuais para as aulas e demais atividades pedagógicas.

6.4. Recursos tecnológicos

A Unidade Universitária de Dourados dispõe de recursos de informática adequados para o corpo docente, discente e apoio técnico, laboratórios com acesso à Internet, possibilitando aos docentes e alunos suprirem possíveis deficiências do acervo bibliográfico, através da Rede Mundial de Computadores.

VII. MATRIZ CURRICULAR

7.1. Carga horária, Disciplinas e Professores

A carga horária total do Curso é de 360 (trezentos e sessenta) horas e correspondem ao total de 24 (vinte e quatro) créditos, obrigatórios, conforme segue:

Disciplina	Créditos	C.H	
		Presencial	EaD
Disciplinas Básicas	4	60	
1. Metodologia da produção acadêmica e científica	2	30	
Dr. Rogério Turella. Dra. Vania Mara Basilio Garabini. Dr. Wander Matos de Aguiar.			
2. Seminários Integrados	2	30	
Dr. André Martins Barbosa. Dr. Rogério Turella.			
Módulo 1 – Planejamento, Gestão e Indicadores	4	60	
1. A utilização de indicadores de desempenho na segurança pública	1	15	
Dra. Luciana Ferreira Silva.			
2. Gestão de projetos na Segurança Pública	1	15	
Dr. Mateus Boldrine Abrita.			
3. Planejamento estratégico na gestão e na segurança pública com a utilização do Balanced Scorecard - BSC	1	15	
Dr. José Roberto da Silva Lunas			
4. Planejamento integrado na gestão da segurança pública	1	15	
Dr. Airton Pinto de Moura			
Módulo 2 – Direitos humanos, Justiça e Políticas Públicas	4	60	
1. Direitos humanos e cidadania	1	15	
Dr. Ricardo Guilherme Silveira Correa Silva			
2. Estado, governo e políticas públicas	1	15	
Me. Joaquim Carlos Klein de Alencar			
3. Tópicos de Legislação Penal Especial	1	15	
Dr. Wander Matos de Aguiar			
4. Segurança Pública: Programas e ações do governo na faixa de fronteira	1	15	
Dra. Vania Mara Basilio Garabini Dr. Fernando Machado			
Módulo 3 – Crimes Transnacionais	4	60	
1. Geopolítica do contrabando de agrotóxicos	1	15	

Dr. Carlos Eduardo Malinowski			
2. Direito de integração e Rota de Integração Latino-Americana (RILA)	1	15	
Dr. Lúcio Flavio Sunakozawa			
3. Crimes ambientais transnacionais	1	15	
Dr. Eliotério Fachin Dias Dr. Gabriel Luis Bonora Vidrih Ferreira			
Módulo 4 – Atuação Institucional (Atores)	4	60	
1. Atuação da Polícia Federal em regiões de fronteira	3	45	
1.1. Atuação da Polícia Federal; 1.2. Atuação da Perícia Criminal; e 1.3. O papel da Polícia Judiciária no combate a corrupção e no fortalecimento das relações democráticas.			
Chang Fan (PF)			
Nathalia Mai De Rose (PF)			
Ricardo Viana de Sousa (PF)			
2. Atuação do Ministério Público Estadual na Fronteira	1	15	
Ricardo Rotunno (MPE) Thiago Barbosa da Silva (MPE)			
3. Tráfico de Drogas, Atores Processuais e as Características da Fronteira	1	15	
Dr. Olivar Augusto Roberti Coneglian (TJMS)			
Módulo 5 – Fronteira Oeste	4	60	30
1. O Exército Brasileiro, na Fronteira Oeste do Brasil	1		15
Dr. Marco José dos Santos (EB)			
2. Segurança e Defesa na Fronteira Oeste do Brasil e a dinâmica do crime organizado e suas consequências	1	15	
Cel. Everson Antonio Rozeni (PMMS – CPA 1 - Dourados) Cel. Wagner Ferreira da Silva (PMMS - DOF)			
3. Grupos Criminosos violentos na fronteira Oeste do Brasil	1	15	
Élcio Félix D'Angelo (MPE) Cel. Vinícius de Souza Almeida (PMMS – BOPE)			
4. Tráfico Internacional de Pessoas	1		15
Dra. Ludmila de Paula Castro Silva			
Total Carga Horária/Créditos	24	330	30

7.2 Ementário e bibliografia das disciplinas:

Disciplinas Básicas

1. Metodologia da produção acadêmica e científica 30 horas

Ementa:

Conhecimento: formas, criação e produção. Ciência e Universidade. Técnica e estruturação de um projeto de pesquisa. Métodos de estudo. Redação de textos: Revisão Bibliográfica, artigo, paper e relatório. Normas técnicas do trabalho científico (TCC).

Objetivos:

- Introduzir o aluno ao ambiente virtual de aprendizagem e à modalidade educacional a distância;
- Analisar e compreender as condições em que o conhecimento científico se desenvolve.
- Conhecer estratégias de estudo bem como as técnicas de escrita de textos acadêmicos.
- Preparar o profissional de segurança pública para a produção de texto científico ao final do curso (TCC).

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023: Informação – documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2018.

_____. NBR 10520: Informação e documentação – apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002.

_____. NBR 14724: Informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

AZEVEDO, I. B. de. O prazer da produção científica. São Paulo: UNIMEP, 1999.

BRASILEIRO, A. M. M. Manual de produção de textos acadêmicos e científicos. São Paulo: Atlas, 2016.

OLIVEIRA, J. L. de. Texto acadêmico: técnicas de redação e de pesquisa científica. São Paulo: Vozes, 2015.

2. Seminários Integrados	30 horas
---------------------------------	-----------------

Ementa:

Seminários temáticos realizados em torno de temas específicos de interesse dos alunos, do corpo docente e voltados à temática de Segurança Pública e Fronteiras, com a participação de profissionais e de autoridades ligados à área de segurança pública, atuantes na área de fronteira.

Objetivos:

- Analisar criticamente temas atuais e emergentes da segurança pública, particularmente aqueles voltados à fronteira sul-mato-grossense, aproveitando esses momentos para troca de experiências e socialização de conhecimentos, projetos, propostas, atividades e materiais.
- Subsidiar os alunos com temas para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia Básica:

De acordo com os temas dos seminários.

Módulo 1 – Planejamento, Gestão e Indicadores
--

1. Utilização de indicadores de desempenho na segurança pública	15 horas
--	-----------------

Ementa:

Planejamento, acompanhamento, avaliação e melhoria do desempenho; Metodologias de avaliação de projetos, processos e resultados; Avaliação ex-ante, durante e ex-post; Medidas de Eficiência e Eficácia; Formatação de indicadores de desempenho; Avaliação de políticas e programas públicos; Agentes envolvidos no processo; Aplicação de indicadores de desempenho na gestão pública.

Objetivos:

- Dotar os alunos de conhecimentos de natureza técnico-instrumental para o pensamento e a gestão estratégica, tática e operacional, oferecendo elementos para a elaboração de políticas racionalizadas por sistemas de construção de indicadores que permitam a correta análise a avaliação de sua eficiência, eficácia e efetividade.

Bibliografia Básica:

CARDOSO, R. L. S. Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público. São Paulo: CEPAM, 1999.

CARLEY, M. Indicadores sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

DEDDECA, C. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: Oliveira, C. A. B. et al. Economia & Trabalho: textos básicos. Campinas. Ed. Inst. Economia/UNICAMP, 1998.

GARCIA, R. C.. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, 23-7: 70,2001.

2. Gestão de Projetos na Segurança Pública

15 horas

Ementa:

Histórico e evolução do gerenciamento de projetos; Conceito e definição de projeto; Diferenças e semelhanças entre projetos e trabalhos operacionais; Projeto, programa e portfólio de projetos; Gerenciamento de projetos.

Objetivos:

- Construir competências para iniciar, planejar, controlar, executar e finalizar um projeto e/ou programa; entender a relação íntima entre a estratégia das organizações e os projetos; compreender e relacionar os processos de planejamento, execução, monitoramento e controle de projetos.

- Desenvolver e exercitar habilidades para: Planejar, monitorar, gerenciar e encerrar projetos.

- Fortalecer aptidões para: Utilizar os processos, as ferramentas e as técnicas do gerenciamento do escopo, custos, cronograma e qualidade no contexto de um projeto real; gerenciar projetos.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, MM de; RABECHINI JR, Roque. Fundamentos em gestão de projetos: construindo competências para gerenciar projetos. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Administração de projetos: como transformar idéias em resultados. In: Administração de Projetos: como transformar idéias em resultados. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Um guia do corpo de conhecimento em gerenciamento de projetos (Guia PMBOK). 6. ed. Newton Square: Project Management Institute, 2017.

TIOSSI, Fabiano Martin; GASPARATO, Fernando. Gestão de projetos e seus modelos de maturidade. Revista Eletrônica Organizações e Sociedade, vol. 5, no 4, p. 104-115. 2017.

WOILER, Samsão; MATHIAS, Washington Franco. Projetos: Planejamento–Elaboração–Análise. 2ª Ed. Editora Atlas, 2008.

3. Planejamento estratégico na gestão e na segurança pública com a utilização do Balanced Scorecard - BSC

15 horas

Ementa:

Definições e especificidades dos conceitos de estratégia e planejamento organizacional. Evolução das concepções de formulação estratégica em gestão empresarial. Detalhamento do conceito de ciclo estratégico. Etapas do processo de formulação estratégica. Diagnóstico interno e externo. O papel da análise prospectiva na formulação da estratégia organizacional. Processo decisório estratégico. Desdobramentos da formulação estratégica: implementação de ações prioritárias, alinhamento organizacional, controle e avaliação de projetos e processos de negócio.

Objetivos:

- Compreender o conceito de Estratégia Organizacional, diferenciando-o do de Planejamento.
- Detalhar o conceito de Ciclo Estratégico em suas etapas fundamentais.
- Adquirir domínio conceitual e prático consistentes para conceber, implementar e gerenciar um processo de formulação estratégica organizacional.

- Descrever, comparar e criticar modelos de avaliação em programas, visando ao planejamento de avaliações mais efetivas.
- Planejar uma pesquisa avaliativa de programas e interpretar seus resultados.

Bibliografia Básica:

AMANA-KEY. Coletânea estratégia: gerando estratégias alinhadas aos valores dos novos tempos. Amana-Key: 1990.

ANSOFF, H. Igor. Estratégia empresarial. São Paulo: McGraw-Hill, 1977.

_____. McDONNEL, Edward J. Implantando a administração estratégica. São Paulo: Atlas, 1993.

_____. DECLERK, Roger P.; HAYES, Robert L. (Org.) Do Planejamento Estratégico à Administração Estratégica. São Paulo: Atlas, 1987.

CALIXTA Tavares, Mauro. Planejamento estratégico: a opção entre o sucesso e o fracasso empresarial: Harbra, 1994.

CHIAVENATO, Idalberto. Teoria Geral da Administração. Ed. Compacta. São Paulo: Atlas, 2014.

4. Planejamento integrado na gestão da segurança pública	15 horas
---	-----------------

Ementa:

Conceitos de planejamento estratégico; Planejamento Estratégico Situacional; Metodologia de elaboração e implementação do planejamento estratégico; Diagnóstico estratégico; Cenários prospectivos; Missão e visão das organizações; Integração do planejamento estratégico, tático e operacional; Planejamento integrado de recursos; Controle e avaliação do planejamento.

Objetivos:

- Detalhar o conceito de Ciclo Estratégico em suas etapas fundamentais.
- Adquirir domínio conceitual e prático consistentes para conceber, implementar e gerenciar um processo de formulação estratégica organizacional.
- Planejar uma pesquisa avaliativa de programas e interpretar seus resultados.

Bibliografia Básica:

GODET, M. Manual de Prospectiva Estratégica: da antecipação a ação. 1993. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

KAPLAN, R. S., NORTON, D. P. A estratégia em Ação: Balanced Scorecard. Rio de Janeiro: Campus, 1997

MINTZBERG, H. Ascensão e queda do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2004.

OLIVEIRA, D.P.R. Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 1999.

PORTER, M. Estratégia Competitiva. Rio Janeiro: Campus, 1991.

REBOUÇAS, D. P. Planejamento Estratégico: Conceitos metodologia práticas. São Paulo: Atlas, 2001.

Módulo 2 – Direitos humanos, Justiça e Políticas Públicas

1. Direitos humanos e cidadania.	15 horas
---	-----------------

Ementa:

Conceituação, aspectos históricos, culturais, políticos e legais e características dos direitos humanos; Princípios constitucionais e garantias fundamentais; Direitos individuais homogêneos, coletivos, transindividuais e difusos; Direitos humanos: relações étnico-raciais; Normas internacionais de direitos humanos e princípios humanitários aplicáveis à gestão pública e seus servidores; O servidor público e o reconhecimento e valorização dos grupos historicamente discriminados; O servidor público, frente às diversidades dos direitos dos grupos em situação de vulnerabilidade; Programas nacionais e estaduais de proteção e defesa; A cidadania do servidor público.

Objetivos:

- Identificar os principais aspectos éticos, filosóficos, históricos, culturais e políticos para a compreensão do tema dos direitos humanos voltados ao setor público;
- Analisar as normas internacionais e nacionais de direitos humanos aplicadas à gestão pública;
- Demonstrar a relação entre a cidadania do agente público e o fortalecimento da sua identidade social, profissional e institucional;
- Sensibilizar os agentes públicos municipais para o protagonismo em direitos humanos;

Bibliografia Básica:

BALESTRERI, R. B. Direitos humanos: coisa de polícia. Passo Fundo: CAPEC, 1998.

SILVA, J. A. da. Democracia e direitos fundamentais. In: CLÉVE, Clèmerson Merlin; SARLET, W. I.; PAGLIARINI, Alexander Continuo (Coords.). Direitos Humanos e democracia. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

COMPARATO, F. K. A afirmação histórica dos direitos humanos. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Paris, 1948.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP): 1966.

2. Estado, governo e políticas públicas	15 horas
--	-----------------

Ementa:

Conceito de Estado nos principais paradigmas da Ciência Política contemporânea, buscando as interfaces com a reflexão sobre a concepção, objeto e campo de estudo das políticas públicas, com destaque para os modelos de análise. A noção de público e privado e o nascimento e consolidação da esfera pública. O processo de formação de políticas: temas, agenda setting; implementação e avaliação: aspectos conceituais e metodológicos. Agentes, racionalidades e instâncias decisórias. Poderes de Agenda. As políticas públicas de corte social: princípios, mecanismos e sua trajetória e desenvolvimento em nível internacional e do Brasil.

Objetivos:

- Compreender a tipologia das políticas públicas e sua correlação com a dinâmica do Estado e suas variantes relativas à interlocução com a sociedade.

Bibliografia Básica:

ACQUAVIVA, M. C. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2005.

BASTOS, C. R. Curso de Teoria do estado e Ciência Política. São Paulo: Saraiva, 2002.

BOBBIO, N. Estado, Governo e Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

DALLARI, D. A. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2010.

HABERMAS, J. A crise de legitimação do capitalismo tardio. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1982.

3. Tópicos de Legislação Penal Especial	15 horas
--	-----------------

Ementa:

Crimes Hediondos. Crime Organizado. Interceptação Telefônica. Lei de Drogas. Crimes Ambientais. Estatuto do Desarmamento. Abuso de Autoridade. Lavagem de Dinheiro. Tortura. Sonegação Fiscal.

Objetivos:

- Propiciar aos alunos o conhecimento teórico e prático das infrações penais previstas nas principais leis penais extravagantes contidas no ordenamento jurídico brasileiro.

Bibliografia Básica:

BÁSICA

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Legislação Penal Especial**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CAPEZ, Fernando. Direito Penal Especial: Legislação Penal Especial. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

JESUS, Damásio E. de. Direito Penal. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2009,

COMPLEMENTAR

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios e BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. Legislação Penal Especial. São Paulo: Saraiva, 2019.

4. Segurança Pública: Programas e Ações do Governo na Faixa de Fronteira	15 horas
---	-----------------

Ementa:

Relevância da faixa de fronteira como estratégia para a soberania do país; Políticas, programas e ações governamentais referentes à segurança nacional e repercussão na fronteira oeste.

Objetivos:

- Proporcionar aos participantes conhecimento sobre os antecedentes históricos sobre as fronteiras brasileiras e seu arcabouço constitucional e infraconstitucional;
- Apresentar o papel dos programas e ações do governo destinados a área de fronteira;
- Analisar e refletir sobre os programas e ações decorrentes de políticas públicas: quanto a participação da população no processo e quanto a integração e políticas conjuntas.

Bibliografia Básica:

BORBA, V. Fronteiras e faixa de fronteira: expansionismo, limites e defesa. *Historiæ, [S. l.]*, v. 4, n. 2, p. 59–78, 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/4131>. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Proteção das fronteiras. 2018. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/protacao-das-fronteiras>>. Acesso em: 20 nov. 2018b.

BRASIL. Secretaria de Programas Regionais. Faixa de Fronteira: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDF). 2009. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=e5ba704f-5000-43df-bc8e-01df0055e632&groupId=10157. Acesso em: 26 nov. 2018.

BRASIL. Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030. Ministério da Justiça e Segurança Pública.

CDIF. Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira. 2018. Disponível em: <http://cdif.blogspot.com/>. Acesso em: 26 nov. 2018.

COSTA, Maurício. Políticas de segurança e defesa da fronteira brasileira no contexto de integração regional: os casos das fronteiras Brasil-Paraguai e Brasil-Uruguai. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. 210 p.

FURTADO, Renata. O Estado Fragmentado: uma análise das elites organizacionais do Executivo federal e da abordagem da faixa de fronteira no Brasil. UnB, Brasília, 2011. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/10531>.

IDESF – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras. Diagnóstico do Desenvolvimento das Cidades Gêmeas do Brasil. Educação, Saúde, Economia e Segurança Pública: a análise dos números. Foz do Iguaçu: Editora IDESF, 2018.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Norte. Brasília: Ministério da Integração Nacional, volume 06, 2021.

KLEINSCHMITT, Sandra Cristiana. O que as políticas de controle para as fronteiras brasileiras e o projeto maquila do Paraguai têm em comum?. *Século XXI: Revista de Relações Internacionais/ESPM*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p.111-130, 01 dez. 201

SEBRAE/MS (Campo Grande - Ms). Mato Grosso do Sul sem fronteiras: características e integrações territoriais: Brasil, Bolívia e Paraguai. 2010. Disponível em <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Estudos%20e%20Pesquisas/MSSF%20Caracteristicas%20-%20BR,%20BO,%20PY.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2018.

SCHERMA, Márcio Augusto. Políticas de Defesa e Segurança para as Fronteiras nos Governos Lula e Dilma. *Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)*. Brasília, n.

Módulo 3 – Crimes Transnacionais

1. Geopolítica do contrabando de agrotóxicos

15 horas

Ementa:

Característica das moléculas. Países produtores. Rotas de entrada. Geografia das apreensões. Produtos proibidos e produtos registrados. Toxicidade. Sazonalidade das apreensões. Produtos falsificados. Produtos não rotulados. Questões fiscais.

Objetivos:

- Compreender as principais motivações para o uso de produtos contrabandeados.
- Estudar e analisar os principais produtores e rotas de contrabando.
- Analisar os impactos dos produtos contrabandeados no país

Bibliografia Básica:

Bibliografia Básica:

CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.). Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de direito ambiental. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

BOMBARDI, Larissa Mies. Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil: Conexões com a União Europeia. São Paulo: FFLCH - USP, 2017.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Lei n.9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

BRASIL. Lei n. 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

2. Direito de Integração e Rota de Integração Latino-Americana (RILA)

15 horas

Ementa:

Antecedentes históricos de integração na América do Sul. RILA como um Projeto Transnacional (RILA, Corredor Bioceânico, Rota Bioceânica), principais atores regionais, desenvolvimento e inovação territorial (modelos de análises). Direito Internacional x Direito de Integração. Conceituação de Direito de Integração. Direito de Integração x Direito Comunitário. Características e classificação do Direito de Integração. Desafios para o Direito da Integração na RILA. Harmonização de Normas Jurídicas. RILA e seus reflexos para a segurança pública territorial.

Objetivos:

- Identificar o Direito de Integração vigente e seus reflexos para as esferas públicas e privadas diante do Projeto Transnacional RILA.
- Analisar as novas e vigentes metodologias jurídicas, entre os países envolvidos, para aplicação do direito de integração, visando segurança e harmonização jurídica no âmbito público e privado.
- Produzir reflexões críticas e possibilidade de ações concretas diante dos possíveis impactos culturais, sociais, econômicos, jurídicos, ambientais, históricos, turísticos, nas políticas públicas de segurança pública e fronteiriças da RILA.

Bibliografia Básica:

Bibliografia Básica:

ASATO, Thiago Andrade; CONSTANTINO, Michel Constantino; DORSA, Arlinda Cantero; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. Rota de Integração Latino-Americana (RILA) para o desenvolvimento turístico. In: Dossiê "Desafios da Integração na Rota Bioceânica (Brasil, Paraguai, Argentina e Chile)". Interações. Campo Grande: UCDB, 2019, n. 20 (especial), p. 45-56.

ÁVILA, Vicente Fideles. Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local. Interações. Campo Grande: UCDB. v. 1, n. 1, set., 2000, p. 63-76.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO - BNDES. Avaliação dos Corredores Bioceânicos, 2010. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/Corredorbioceânico/Corredor-bioceânico-produto-2.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2010.

BARQUERO, Antonio Vázquez. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: UFRGS e FEE - Fundação de Economia e Estatística, 2002. CASELLA, P. Borba. Mercosul: intégration économique et harmonisation juridique. Revista da Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, v. 90, p. 327-337, 1995. CELLI JUNIOR, Umberto. Teoria Geral da Integração: em busca de um modelo alternativo, in MERCADANTE, Araminta de Azevedo;

CELLI JUNIOR, Umberto; ARAÚJO, Leandro Rocha de, coord., Blocos Econômicos e Integração na América Latina, África e Ásia. Curitiba: Juruá, 2006.

CONTIPELLI, Ernani. Democracia e integração regional: uma reflexão comparada sobre União Européia e Mercosul. Revista da Faculdade de Direito Sul de Minas, Pouso Alegre, v. 30, n. 2: 99- 112, jul./dez. 2014.

MENEZES, Wagner. Mercosul 10 Anos: Desenvolvimentos Institucional e o Direito da Integração. Direito da Integração e Relações Internacionais Alca Mercosul e União Europeia, Florianópolis - SC., v. 01, n.01, p. 683-701, 2001.

MENEZES, Wagner. The international contemporary law and the transnormativity theory. Università degli studi di Padova, v. 1, p. 1, 2008.

MENEZES, Wagner. The jurisdictionalization of the international law and competence conflicts. Università degli studi di Padova, v. 1, p. 1, 2008a.

PIOVESAN, Flávia. Globalização econômica, integração regional e direitos humanos. Interesse Público. Belo Horizonte, 2002. Disponível em <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/31236>. Acesso em: 10 abr 2019.

SAFAROV, Alejandro. El territorio como factor dinámico de la integración: La ZICOSUR. Revista Persona. Disponível em <http://www.revistapersona.com.ar/Persona21/21Safarov.htm>. Acesso em 13 nov 2020.

SUNAKOZAWA, Lúcio Flávio Joichi; OSHIRO REYNALDO, Gabriela. A Rota de Integração Latino-Americana (RILA) diante da globalização e a necessidade urgente da pavimentação jurídica transnacional e territorial. In: FEITOSA, Anny; FRANCESCHINI, Bruna; SILVA, Rogério Borba da; BIROT, Rose Dayanne de (Orgs). Perspectivas de Direito Contemporâneo. Rio de Janeiro: Grupo FGB, 2019, p. 706-721. UNIRILA. Rede Universitária da Rota de Integração Latino-Americana, 2019. Revista UniRILA. Disponível em <http://www.uems.br/unirila/>. Acesso em 11.12.2019. Bibliografia Complementar:

BOND, Rosana. O caminho de Peabiru: descobertas e segredos da rota indígena que ligava o Atlântico ao Pacífico.

BORCHARDT, Dlaus-Dieter. O ABC do Direito Comunitário. Luxemburgo: Serviço das publicações oficiais da Comunidades Europeias, 1994.

DROMI, Roberto. Código del Mercosur. Bueno Aires: Ciudad Argentina, 1996.

EKMEDJIAN, Miguel Ángel. Introducción al Derecho Comunitario Latino-americano. Buenos Aires: Depalma, 1996.

ESPIEL, Héctor Gros. El derecho de la integración del Mercosur. Montevideo: 1996. Universidad de Montevideo, 1999.

ETZKOWITZ, H. Hélice Tríplice: universidade-indústria-governo: inovação em ação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

ETZKOWITZ, Henry; ZHOU, Chunyan; Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade- indústria-governo. Estudos Avançados: revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v. 31, n. 90, p. 23-48, 2017.

GIBLER, Douglas M. A paz territorial: fronteiras, desenvolvimento do estado e conflito internacional. Trad. Geraldo Alves Portilho Junior. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2015.

IANNI, Octávio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KRETSCHMANN, Ângela. Políticas de Inovação: estratégias de crescimento e sustentabilidade. In:

MELLO, Celso D. Albuquerque. Direito Internacional da Integração. Rio de Janeiro: Renovar.

3. Crimes Ambientais Transnacionais	15 horas
--	-----------------

Ementa:

Direito Internacional do Meio Ambiente; Diretrizes Internacionais e Princípios Supranacionais de Proteção Ambiental; Sustentabilidade e Transnacionalização dos Crimes Ambientais; Direito Ambiental Penal; Crimes contra o Meio Ambiente (Lei nº 9.605/98); Teoria Geral da Norma e do Delito Penal; Normas Penais e Teorias do Risco e do Perigo; Tipificação e Elementos dos Crimes Ambientais; Responsabilização Penal das Pessoas Físicas e Jurídicas.

Objetivos:

- Proporcionar uma visão crítica e especializada sobre o Direito Ambiental Penal e os crimes ambientais transnacionais, na tutela do meio ambiente.

Bibliografia Básica:

Bibliografia Básica:

BARON, Ronei Vilmar. A Transnacionalização dos Crimes Ambientais para efetividade da sustentabilidade do meio ambiente. Rio de Janeiro: Dialética, 2021

MALZONI, Nelson. Crimes Ambientais. Biodiversidade e Tráfico de Animais. Rio de Janeiro: Memória Forense, 2021.

PRADO, Luiz Regis. Direito Penal do Ambiente, Crimes Ambientais (Lei 9.605/1.998) 7ª ed. Rio de Janeiro. Ed. Forense: 2019.

ROCHA, Fernando A. N. G. (Org.) Estudos de Direito Penal Ambiental. Belo Horizonte MG:Expert Editora, 2021.

VAZ, ANDREIA REGIS. Crimes Ambientais Transfronteiriços. Curitiba PR, Juruá Editora, 2021.

Bibliografia Complementar:

ASSIS MOREIRA. Crime ambiental rende até US\$ 281 bi por ano. Valor Econômico Brasil. 20.10.2021. Disponível em:

<<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/10/20/crime-ambiental-rende-ate-us-281-bi-por-ano.ghtml>> Acesso em: 17 jan.2022.

BRASIL. Vigifronteira apreendeu mais de mil toneladas de produtos irregulares e clandestinos na fronteira brasileira. 24.12.2021. 10h45 Fiscalização. Governo do Brasil. Disponível em:

<<https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2021/12/vigifronteira-apreendeu-mais-de-mil-toneladas-de-produtos-irregulares-e-clandestinos-na-fronteira-brasileira>> Acesso em 17 Jan.2022.

BRUM, Guilherme Valle. Juspositivismo, discricionariedade e controle judicial de políticas públicas no direito brasileiro. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v. 10, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/2201>. Acesso em: 17 Jan.2022.

JUS MILITARIS. A Nova Polícia (Militar Ambiental e de Fronteira) e o Novo Crime Militar. Disponível em:<www.jusmilitaris.com.br>

KRUGER, Caroline. *et. al.* Análise das Políticas Públicas para o Desenvolvimento da Faixa de Fronteira Brasileira. Ambiente & Sociedade. São Paulo, v. XX, n. 4, p. 41-62, out.-dez, 2017.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/asoc/a/YXwLPLLXrsRfjSkkgHYkfXp/?lang=pt>>. Acesso em: 17 Jan.2022.

MARINHO, Claudio Ribas. Mecanismos de combate à criminalidade transnacional: Uma percepção de anomia no âmbito internacional quanto aos crimes ambientais. *Revista Brasileira de Direito Internacional*. e-ISSN: 2526-0219 Belém, v. 5, n. 2, p. 01-20 Jul/Dez. 2019. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/direitointernacional/article/view/5859> Acesso em 17 Jan.2022.

NAÇÕES UNIDAS. Agência da ONU combate crimes de conservação transnacionais na Amazônia. *ONU News /pt/* 11 maio 2021. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2021/05/1750292>>. Acesso em: 17 Jan. 2022

NUNES, Richard Fernandes. et. al. *Meio Ambiente e Defesa Nacional: Brasil*. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ECEME, Coleção Meira Matos. *Revista das Ciências Militares*, nº 25, 1º quadrimestre 2012. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/index.php/estantes/diversos/1478-meio-ambiente-e-defesa-nacional-brasil>. Acesso em: 17 Jan.2022

PMA multa 99 pessoas em R\$ 3 milhões por crimes contra a fauna, resgata 1.034 animais de criminosos, captura 2.841 animais silvestres em 2021 em MS. 14/01/2022, 9h17. *A Gazeta News Amambai – MS*. Disponível em: <https://agazetanews.com.br/noticia/policia/173953/pma-autua-99-pessoas-em-r-3-milhoes-por-crimes-contra-a-fauna-resgata-1034-animais-de-criminosos-captura-2841-animais-silvestres-em-2021-em-ms>. Acesso em: 17 Jan.2022

PUCCI, Rafael Diniz. *Criminalidade Ambiental Transnacional. Desafios para a sua regulação jurídica*. Tese de Doutorado. Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito (DFD). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2012, 211 p.

RIBEIRO, Luiz Gustavo Gonçalves; BASTIANETTO, Lorena Machado Rogedo. Direito Penal Ambiental: cotejo legislativo entre nações dissimiles como reflexão para a elaboração de políticas criminais que melhor tutelem o ambiente. *Revista Direito Ambiental & Sociedade*, v. 5, n. 2, 2015, p. 7-27. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/3804>. Acesso em: 17 Jan.2022.

SANTOS, Silvana Duarte dos. et al. A Repressão aos Crimes Transnacionais e suas influencias no Desenvolvimento Socioeconômico da Região do Pantanal Sul-Mato-Grossense. Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente ENGEMA. [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <<https://www.engema.org.br/XVIENGEMA/440.pdf>>. Acesso em: 17 jan.2022

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Rec. Ext. 835.558 SP.CRIME AMBIENTAL TRANSNACIONAL. Competência da Justiça Federal. Rel. Min. Luiz Fux. Plenário. 09/02/2017.

SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano; REIS, Rhuan. Criminalidade organizada em crimes ambientais: marcos internacionais e possíveis respostas. *Revista Direito Ambiental e Sociedade*, v. 10, n. 1, jan./abr.2020, p.133-154. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/8599>> Acesso em 17 Jan.2022.

Módulo 4 – Atuação Institucional (Atores)

1. Atuação da Polícia Federal em regiões de fronteira

45 horas

1.1. Atuação da Polícia Federal:

Ementa:

Histórico da PF no Mato Grosso do Sul e perspectivas para o futuro. Atribuições constitucionais da PF, repercussão e atuação no MS. Imigração e controle de fronteiras. Crimes transnacionais. Crimes fronteiriços de responsabilidade da PF. Crimes aduaneiros. Crimes contra a fauna, flora, comunidades indígenas e ao Meio Ambiente comuns nas fronteiras do estado. Tráfico internacional de entorpecentes, da sua gênese às facções.

Interpol, Ameripol e cooperação internacional.

Objetivos:

Geral:

Contextualizar a Polícia Federal e seu papel na Segurança Pública, nacional e estadual e sob a perspectiva da Rota Bioceânica.

Específicos:

- Apresentar à Polícia Federal, suas atribuições constitucionais, seus princípios e seus valores.
- Refletir sobre os desafios a serem enfrentados pela Polícia Federal no MS nos próximos anos.
- Discutir o papel da Polícia Federal na Rota Bioceânica.
- Compreender imigração e controle de fronteiras.
- Diferenciar crimes transnacionais, crimes fronteiriços e crimes aduaneiros, sob a perspectiva da PF.
- Relacionar crimes contra a fauna, flora, comunidades indígenas e ao Meio Ambiente comuns nas fronteiras do estado.
- Debater sobre o tráfico internacional de entorpecentes, da sua gênese às facções.
- Relacionar as instituições e suas atribuições na cooperação policial internacional, como a Interpol e a Ameripol.

Bibliografia Básica:

____BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

____BRASIL. Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941. Institui o Código de Processo Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>

____BRASIL. Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Institui o Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>

____Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem in Tempo Social: Revista de Sociologia São Paulo, v. 11, n. 2, p. 129-153, 1999.

____Artigos diversos: Revista Brasileira de Ciências Policiais, e-ISSN: 2318-6917 ISSN: 2178-0013, 2017 a 2022.

ABNT-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520, NBR 6023, NBR 6024, NBR 4724, NBR 6027, NBR 6028, NBR 6022, NBR 6021, NBR 10719. Rio de Janeiro: ABNT.

ADORNO, Sérgio. Consolidação democrática e políticas de segurança pública no Brasil: rupturas e continuidades. Bagaço. Recife. 1998 in ZAVERUCHA, Jorge (org). Democracia e instituições políticas brasileiras no final do século XX Recife. Bagaço, 1998.

ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada, In Sociedade e Estado, Brasília, 10 (2), 1995, p.299-342.

ADORNO, Sérgio, Insegurança versus direitos humanos. Entre a lei e a ordem, In Tempo Social, outubro 1999, vol. 11, nº2, p. 129-153.

BEATO FILHO, Cláudio et al. Das políticas de segurança pública às políticas públicas de segurança. ILANUD. São Paulo. 2002.

COMPARATO, Fábio Konder. Polícia e ética na segurança pública. Mageart. São Paulo. 1996 in MORAES, B.B. (org). Papel da polícia no regime democrático. Mageart. São Paulo. 1996.

CRETELA JUNIOR, José. Comentários à constituição brasileira de 1988. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992. v. 1.

DOMINGUES, José Maurício. Teorias Sociológicas do Século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 3ª ed. Vozes. Petrópolis. 1984.

HOCHMAN (G.), ARRETCHE (M.), MARQUES (E.) (org.), Políticas Públicas no Brasil, Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2007.

KELLING, Georg L. (1988). "Police and communities: The quiet revolution". Perspectives on policing, n. 1. Washington, DC, National Institute of Justice & Harvard Univ.

KELLING, Georg L. & MOORE, M. H. (1988). "The evolving strategy of policing". Perspectives on policing, n. 4. Washington, DC, National Institute of Justice & Harvard Univ.

KELLING, Georg L. & STEWART, J. K. (1989). "Neighborhoods and police: The maintenance of civil authority". Perspectives on policing, n. 10. Washington, DC, National Institute of Justice & Harvard Univ.

SAPORI Luís Flávio, Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SECCHI (L.), Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos, São Paulo, Cengage Learning, 2010.

WEBER, Max. Política como vocação in Ciência e Política: duas vocações. 3ª ed. Cultrix. São Paulo.

1.2. Atuação da Perícia Criminal:

Ementa:

Introdução à Criminalística (conceito, histórico, o perito, a prova, teoria dos vestígios, o exame pericial, o laudo pericial e falsa perícia); A Perícia Criminal Federal (histórico, estrutura e atuação); Perícia Documentoscópica (documentoscopia, equipamentos utilizados, cuidados na manipulação de documentos, grafoscopia, documentos de segurança, estudos de caso e o papel da perícia criminal federal na investigação de moeda falsa); Perícia em Locais de Crime (local de crime, fontes de informação, propósito da investigação em locais de crime, locais de interesse da polícia, isolamento, preservação de locais, coleta e análise de vestígios biológicos); Perícia de Química Forense (terminologia e conceitos, legislação, drogas de uso abusivo, medicamentos, suplementos alimentares, equipamentos e técnicas utilizadas, testes preliminares e definitivos em produtos químicos); Perícia de Meio Ambiente (legislação, tipos de exames, principais ferramentas e estudos de caso).

Objetivos:

- Apresentar uma visão geral da criminalística no âmbito da Polícia Federal, com ênfase para a atuação da Perícia Criminal Federal na região de fronteira do Mato Grosso do Sul, além de capacitar servidores envolvidos na investigação criminal de forma a assegurar a cadeia de custódia de provas no processo penal.

Bibliografia Básica:

BRUNI, A. T.; VELHO, J. A.; OLIVEIRA, M. F. de (Org.); Fundamentos da química forense: uma análise prática da química que soluciona crimes. Campinas, SP: Millennium, 2012, 358 p.

CARVALHO, J. L. Investigação Pericial Criminal. Campinas, SP: Bookseller, 2006, 388 p.

SILVA, E. S. C.; FEUERHARMEL, S. Documentoscopia: aspectos científicos, técnicos e jurídicos. Campinas, SP: Millennium, 2013, 734 p.

STUMVOLL, V. P.; TOCCHETTO, D. Criminalística. 6. ed. São Paulo, SP: Millenium, 2014, 416 p.

TOCCHETTO, D; ESPINDULA, A. Criminalística: procedimentos e metodologias. Campinas, SP: Millennium, 2015, 523 p.

VASCONCELOS, F. C. de; FONTES FILHO, J. R.; TSUNODA, M. A. (Org.). Gestão pública: a perícia criminal em foco. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2013, 412 p.

VELHO, J. A.; COSTA, K. A.; DAMASCENO, C. T. M. (Org.); Locais de crime: dos vestígios à dinâmica criminosa. Campinas, SP: Millennium, 2013, 574 p.

VELHO, J. A.; GEISER, G. C.; ESPINDULA, A. (Org.); Ciências forenses: uma introdução às principais áreas da criminalística moderna, 2. ed. Campinas, SP: Millennium, 2013, 470 p.

1.3. O Papel da Polícia Judiciária no combate a corrupção e no fortalecimento das relações democráticas:

Ementa:

Conceitos relacionados à Democracia e corrupção, com abordagens acerca de suas origens históricas no país, bem como as relações de representatividade entre governantes e governados, sob a ótica da falta de transparência na gestão do dinheiro público; O Papel

Institucional da Polícia Judiciária no Estado Democrático de Direito, abordando questões de ordem histórica, marcos legais, jurisprudenciais e doutrinários que legitimam o exercício de tal atividade, passando pela segregação de funções, como corolário dos princípios da ampla defesa e da paridade de armas no processo penal; O Meio de Obtenção de Prova da Colaboração Premiada e seus aspectos legais, jurisprudenciais, éticos e sociais, passando por aspectos éticos e morais da Colaboração Premiada, até o cotejo entre os benefícios previstos na Lei 12.850/2013 aqueles concedidos na prática no âmbito da Operação Lava Jato; O Combate à corrupção e fortalecimento das relações democráticas através da maior transparência na gestão da coisa pública em decorrência da atividade de polícia judiciária.

Objetivos:

- Identificar de que forma os conhecimentos produzidos durante as atividades de polícia judiciária auxiliam no fortalecimento das relações democráticas.
- Estudar e analisar como o meio de prova da colaboração premiada pode e deve ser utilizado à luz da legislação vigente no enfrentamento de crimes relacionados à corrupção e de que forma tais ações favorecem as relações democráticas através de uma relação mais transparente entre representantes e representados.

Bibliografia Básica:

ANSELMO, Marcio Adriano. Colaboração premiada: o novo paradigma do processo penal brasileiro. 1. ed. – Rio de Janeiro: M. Mallet, 2016.

ARAS, Vladimir. Origem do instituto da colaboração premiada.

BARBARA, Mariana Della. Corrupção no Brasil tem origem no período colonial.

BITENCOURT, Cesar Roberto. Delação premiada é favor legal, mas antiético.

CALMON, Eliana. Democracia e combate à corrupção. Anais do universitas e direito 2012, PUCPR. Curitiba.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964- 1985 / Pedro Henrique Pedreira Campos. – 2012.

CANOTILHO, J.J Gomes; e BRADÃO, Nuno. Colaboração premiada: reflexões críticas sobre os acordos fundantes da Operação Lava Jato. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 133, ano 25, jul. 2017.

CANOTILHO, J.J Gomes e BRANDÃO, Nuno. Colaboração premiada e auxílio judiciário em matéria penal: a ordem pública como obstáculo à cooperação com a operação Lava Jato". Revista de Legislação e de Jurisprudência. Ed 4.000 de setembro e outubro de 2016.

DALLAGNOL, Deltan M. As luzes da delação premiada: A colaboração do delator oferece ao investigador a oportunidade de iluminar o labirinto da corrupção e descobrir os melhores caminhos para desvendá-lo. Revista Época, Rio de Janeiro, 04 jul. 2015.

DIAS, Pamella Rodrigues e SILVA, Erik Rodrigues da. Origem da delação premiada e suas influências no ordenamento jurídico brasileiro. Jusbrasil.

DIPP, Gilson. A “delação” ou colaboração premiada: uma análise do instituto pela interpretação da lei. Brasília: IDP, 2015.

HOFFMANN, Henrique (Org.). Temas Avançados de Polícia Judiciária. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

HOFFMANN, Henrique Monteiro de Castro: Investigação Criminal pela Polícia Judiciária. – 1. ed.- Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

HOFFMANN, Henrique. Moderno conceito do inquérito policial. In: FONTES, Eduardo;

JARDIM, Afrânio Silva. Acordo de cooperação premiada. Quais são os limites? Revista Eletrônica de Direito Processual Penal, Rio de Janeiro, ano 10, v. 17, n. 1, jan-jun. 2016.

MASI, Carlo Velho. Breves apontamentos sobre a evolução e o aspecto ético da colaboração premiada.

MEIRA, José Boanerges. A Colaboração Premiada e Processo Penal Brasileiro: Uma Análise Crítica, VirtuaJus, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 176-211, 2º sem. 2017 – ISSN 1678-3425.

MENDONÇA, Andrey . A Colaboração premiada e a nova Lei do Crime Organizado (Lei 12.850/13). Revista Custos Legis, v. 4, 2013.

- MENDONÇA, Andrey Borges de. CARVALO, Paulo Roberto Galvão de. Lei de Drogas: 11.343, de 23 de agosto de 2006 – Comentada artigo por artigo. São Paulo: Método, 2008.
- NETO, Francisco Sannini e CASTRO, Henrique Hoffmann Monteiro de. Delegado de polícia tem legitimidade para celebrar colaboração premiada.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal e [Código de Processo Penal Comentado](#).
- NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas - v. 2. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. P. 603.
- OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Atualização da 17ª edição do curso de processo penal em virtude da Lei nº 12.850/13.
- PAOLI, Letizia (2003). Mafia Brotherhoods: Organized Crime, Italian Style. [S.l.]: Oxford/New York: Oxford University Press. [ISBN 0-19-515724-9](#).
- PEREIRA, Eliomar da Silva. Direito de Polícia Judiciária: Introdução à Questões Fundamentais. Revista de Direito de Polícia Judiciária/ Academia Nacional de Polícia. – ano 1, n. 1 (jan./jul. 2017) – Brasília: Academia Nacional de Polícia, 2017.
- PEREIRA, Eliomar da Silva. Investigação criminal: conduzida por delegado de polícia – comentários à Lei 12.830/2013. Curitiba: Juruá, 2013.
- PINOTTI, Maria Cristina [et.al]. Corrupção: Lava Jato e Mãos Limpas; Maria Cristina Pinotti (org) – 1ª ed. – São Paulo: Portfolio – Penguin, 2019.
- PITA, Antônio e NUNES, Fernanda. “Petrobrás vai do pré-sal à Lava Jato”. O Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, 12 mai. 2016.
- PONTES, Jorge e ANSELMO, Marcio. Crime.gov: quando corrupção e governo se misturam. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.
- Revista de Direito de Polícia Judiciária/ Academia Nacional de Polícia. – ano 1, n. 1 (jan./jul. 2017) – Brasília: Academia Nacional de Polícia, 2017.
- SANTOS, Abraão Soares dos. A delação premiada no contexto de uma sociedade complexa: riscos e condições de possibilidades na democracia brasileira. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 10, n. 818, 29 set. 2005.
- SERAPIÃO, FÁBIO. Et. al. “Empresas de fachada na Lava Jato giram R\$ 2,5 bi”. O Estado de São Paulo. Brasília, 07 ago. 2016.
- SILVA, Eduardo Araújo da. Organizações criminosas: aspectos penais e processuais da Lei nº 12.850/2013. São Paulo: Atlas, 2014.
- SILVEIRA, Daniel Barile da. Patrimonialismo e burocracia: uma análise sobre o poder judiciário na formação do Estado Brasileiro. Brasília, 2006. Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Constituição) – Programa de Pós- Graduação em Direito, Universidade de Brasília.
- VASCONCELOS, Vinicuis Gomes de. Colaboração Premiada no processo penal/ Vinicius Gomes Vasconcelos. – 1º. Ed – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

2. Atuação do Ministério Público Estadual na Fronteira	15 horas
---	-----------------

Ementa:

Ministério Público – Noções Gerais (conceito, origem e atribuições); MPE e sua estrutura na fronteira sul do MS; Atuação do MPE no combate ao crime organizado na fronteira sul de MS; Atuação do MPE em áreas especializadas (Patrimônio Público, Meio Ambiente, Infância e Juventude, Consumidor) em prol da população na região sul da fronteira de MS; Interação e integração do MPE com as demais instituições de justiça, segurança pública e de defesa.

Objetivos:

- Introdução de conceito de Ministério Público, sua importância e atribuições em prol da sociedade local de fronteira.
- Fomentar o estudo da melhoria de interação com as demais instituições de justiça, segurança pública e de defesa.
- Atualização dos Pós-graduandos sobre a legislação penal e jurisprudência atinentes aos crimes de transfronteiriços mais comuns, assegurando uma persecução penal mais eficaz.

Bibliografia Básica:

BATISTI, Leonir. Segurança Pública. São Paulo: Juruá, 2014.
 LIMA, Marcellus Polastri. Manual de Processo Penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
 OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. Curso de Processo Penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
 GRECO, Rogério. Código Penal Comentado. Rio de Janeiro: Impetus, 2017.
 CALLEGARI, André Luis - organizador. Direito Penal e globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.
 JAKOBS, Günther. Fundamentos do Direito Penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.
 FISCHER, Douglas; CALABRICH, Bruno; PELELLA, Bruno. Garantismo penal integral. Rio de Janeiro: Atlas, 2015.
 GRECO, Luís. Modernização do direito penal, bens jurídicos coletivos e crime de perigo abstrato. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
 MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
 SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2017.
 SARLET, Ingo Wolfgang; MITIDIERO, Daniel; MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

3. Tráfico de Drogas, Atores Processuais e as Características da Fronteira	15 horas
---	-----------------

Ementa:

Características e consequências da região de fronteira Brasil/Paraguai/Bolívia nas ações judiciais que analisam o tráfico de drogas. Países produtores. Narcopaises. Geografia das apreensões. Características das pessoas envolvidas na traficância. Processos judiciais. Fases dos processos judiciais. Consequência da atuação dos operadores do direito em cada uma das fases do processo judicial. Questões criminológicas.

Objetivos:

- Compreender as principais razões de a região de fronteira ser espaço de disputa entre organizações criminosas que se dedicam à traficância.
- Estudar e analisar as rotas e os agentes do tráfico.
- Analisar as condutas dos agentes públicos que atuam na repressão, e as consequências no processo judicial
- Analisar e estudar a forma de atuar dos atores no (e o) processo penal (partes, réu, testemunhas e julgador), e suas consequências.

Bibliografia Básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. Manual de direito penal. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
 CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. Crime organizado. JusPodivm: Salvador, 2014.
 FERNANDES, Antonio Scarance; ALMEIDA, José Raul Gavião de; MORAES, Maurício Zanoide de. Crime organizado – Aspectos processuais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
 FRANCO, Paulo Alves. Prisão, Liberdade e Medidas Cautelares. 2ª ed. Campo Grande: Contemplar, 2011.
 MASSON, Cleber; MARÇAL, Vinícius. Crime organizado. São Paulo: Método, 2015.
 NUCCI, Guilherme de Souza. Pacote anticrime comentado: Lei 13.964, de 24.12.2019. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
 PEREIRA, Flávio Cardoso. Crime organizado e sua infiltração nas instituições governamentais. São Paulo: Atlas, 2015.
 SANCTIS, Fausto Martin de. Crime organizado e destinação de bens apreendidos. Lavagem de dinheiro, delação premiada e responsabilidade social. São Paulo: Saraiva, 2009.

1. O Exército Brasileiro, na Fronteira Oeste do Brasil	15 horas
---	-----------------

Ementa:

História do Exército Brasileiro na Fronteira Oeste de Mato Grosso do Sul com o Paraguai; Segurança e Defesa; Organização do EB no espaço territorial brasileiro; A Estratégia Nacional de Defesa (END); Os principais projetos estratégicos do EB, com destaque para o SISFRON, Família de Blindados e Defesa Cibernética; As Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO) nos centros urbanos; As Operações Interagências; Atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) na fronteira Oeste de Mato Grosso do Sul; Novo Cangaço e Domínio de Cidades

Objetivos:

- Identificar o processo histórico de formação do EB;
- Apresentar a organização do EB no espaço territorial do Brasil;
- Relacionar o emprego do EB nos centros urbanos (Operações de GLO) com o incremento da violência e tráfico de drogas na fronteira oeste do Brasil;
- Analisar o papel do EB na cooperação interagências como forma de reduzir os crimes violentos na fronteira;
- Identificar no contexto da Estratégia Nacional de Defesa os principais projetos estratégicos do EB (SISFRON, Família de Bld, Cibernética);
- Estudar e analisar a atuação do EB na fronteira oeste de Mato Grosso do Sul, por intermédio de estudo de caso das Operações Ágata;

Analisar o Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras (SISFRON).

Bibliografia Básica:

ABREU, Allan de Abreu. Cocaína – A Rota Caipira. Editora Record, São Paulo/SP, 2018.

BARROS, Luciano Stremel, organizador. (RE)Definições das Fronteiras: Velhos e Novos Paradigmas, Editora IDESF, Foz do Iguaçu/PR, 2018.

CARDOSO, Hélio Alves. Análise das Medidas Iniciais Tomadas pelo 26º Batalhão da Polícia Militar em Nova Mutum, nas Ações do “Novo Cangaço”, Monografia – Academia de Polícia Militar Costa Verde, 2013.

D’ANGELO, Élcio. Facções Criminosas no Brasil. Editora Edijur, Leme/SP, 2019.

FERRAÇO, Laurejan. Renato Júnior &. Guerra Transnacional. Editora Câmara Brasileira do Livro, São Paulo/SP, 2020.

FERRAÇO, Laurejan. Renato Júnior &. Guerra Federal. Editora Clube dos Autores, São Paulo/SP, 2020.

FRANÇA, Lucélio Ferreira Martins Faria, organizador. Alpha Bravo Brasil. Editora CRV, Curitiba/PR, 2020.

LEIMGRUBER, Mônica Pinto. 1533 – PCC – Primeiro Comando da Capital/El grupo criminal brasileiro de lascárceles. Gráfica Movimento, Brasília, 2020.

LIMA, Octavio de Lima. A Guerra do Paraguai. Editora Planeta do Brasil, São Paulo/SP, 2017.

OLIVEIRA, Dominique de Castro & Marco Aurélio Souza Bezerra (Coordenador). Manual de Investigação de Crime de Roubo de Valores. Departamento de Polícia Federal, Diretoria de Combate ao Crime Organizado, 2011.

2. Segurança e Defesa na Fronteira Oeste do Brasil e a dinâmica do crime organizado e suas conseqüências	15 horas
---	-----------------

Ementa:

Polícia Ostensiva. Policiamento Ostensivo. Princípios do Policiamento Ostensivo. Características do Policiamento Ostensivo. As dimensões da polícia ostensiva. Embasamento legal da atividade policial ostensiva; Conceito de Fronteira e legislação pertinente. Características da região de Fronteira no Brasil e em Mato Grosso do Sul. Organização Criminosa: conceito, elementos das organizações criminosas clássicas, atividades de execução e principais atividades das OrCrim. Práticas ilícitas e repressão imediata de polícia ostensiva. Questões de segurança pública emergentes fronteiriças.

Objetivos:

- Ampliar conhecimentos para compreender a fronteira, a cultura e a prática policial ostensiva nesta região;
- Estudar e analisar as principais práticas criminosas na fronteira Brasil-Paraguai, em Mato Grosso do Sul praticadas por organizações criminosas e seus impactos nos princípios que regem a atividade de polícia ostensiva;
- Estudar eventuais medidas que possam ser aplicadas para apontar soluções práticas e duradouras;
- Fortalecer atitudes para preparar a gestão e avaliação do emprego policial ostensivo desenvolvido em regiões fronteiriças.

Bibliografia Básica:

Bibliografia Básica:

SÃO PAULO. Manual Básico de Policiamento Ostensivo da Polícia Militar. 3ª Ed. São Paulo: Polícia Militar, 1997.

TEZA, Marlon Jorge. Polícia Ostensiva e Ordem Pública. Porto Alegre: Revista Unidade n. 63, 2008.

VICENTE, Rafael. Crime Organizado e a Atividade de Inteligência da Polícia Militar de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Saraiva, 2017.

Bibliografia Complementar:

BARBOSA, André Martins. *DOF (Departamento de Operações de Fronteira): um estudo de integração de polícias civil e militar*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CHINCK, João Paulo. *Técnicas Básicas Aplicadas ao Policiamento de Fronteira no Mato Grosso do Sul*. In: Ciências Policiais e Gestão em Segurança Pública / organização: Claudio Roberto Monteiro Ayres E Rogério Turella, 1ª Ed. – Editora CEOS, Londrina, 2018.

DISTRITO FEDERAL. M1-PM: Manual de Policiamento Ostensivo. 3ª Ed. Distrito Federal: Polícia Militar, 2021.

FERRAZ, Claudio Armando. Crime Organizado: diagnóstico e mecanismo de combate. Monografia apresentada a Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE). Rio de Janeiro, 2012.

FIGUEIRA, Ariane Cristine Roder. *A Agenda Externa Brasileira em face aos ilícitos transnacionais: O contrabando na fronteira entre Brasil e Paraguai*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 2005.

MATTOS, Moggar Frederes de. Insurgência e Crime Organizado. Segurança Tecnologia e Defesa. Osasco. Ano 32, Ed. Especial n. 15, v. 12, 2015.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. Crime Organizado Aspectos Gerais e Mecanismos Legais. 6ª Ed, São Paulo: Editora Atlas, 2016.

MISSE, Michel, et al. *Gestão da Política de Segurança Pública nas Fronteiras: Resultados Gerais de Uma Pesquisa*. In: Investigação criminal e avaliação de políticas de segurança pública /organização: Ana Carolina Cambreses Pareschi, Cíntia Liara Engel, Gustavo Camilo Baptista. – Brasília : Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública 2016. 256 p. (Coleção Pensando a Segurança Pública ; v.7).

3. Grupos Criminosos Violentos na Fronteira Oeste do Brasil	15 horas
--	-----------------

Ementa:

História do Crime na Fronteira Oeste de Mato Grosso do Sul com o Paraguai; Grupos Criminosos Violentos; Máfia, Milícias, Facções, Organizações Criminosas; Cooperação Interagências como forma de governança; Atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) na fronteira Oeste de Mato Grosso do Sul; Novo Cangaço e Domínio de Cidades.

Objetivos:

- Identificar os principais conceitos de grupos criminosos;
- Estudar e analisar a atuação do Primeiro Comando da Capital e do Comando Vermelho na fronteira oeste de Mato Grosso do Sul;

- Analisar a cooperação interagências como forma de reduzir os crimes violentos na fronteira oeste de Mato Grosso do Sul.

Bibliografia Básica:

- ABREU, Allan de Abreu. *Cocaína – A Rota Caipira*. Editora Record, São Paulo/SP, 2018.
- BARROS, Luciano Stremel, organizador. (RE)Definições das Fronteiras: Velhos e Novos Paradigmas, Editora IDESF, Foz do Iguazu/PR, 2018.
- CARDOSO, Hélio Alves. *Análise das Medidas Iniciais Tomadas pelo 26º Batalhão da Polícia Militar em Nova Mutum, nas Ações do “Novo Cangaço”*, Monografia – Academia de Polícia Militar Costa Verde, 2013.
- D’ANGELO, Élcio. *Facções Criminosas no Brasil*. Editora Edijur, Leme/SP, 2019.
- FERRAÇO, Laurejan. Renato Júnior &. *Guerra Transnacional*. Editora Câmara Brasileira do Livro, São Paulo/SP, 2020.
- FERRAÇO, Laurejan. Renato Júnior &. *Guerra Federal*. Editora Clube dos Autores, São Paulo/SP, 2020.
- FRANÇA, Lucélio Ferreira Martins Faria, organizador. *Alpha Bravo Brasil*. Editora CRV, Curitiba/PR, 2020.
- LEIMGRUBER, Mônica Pinto. *1533 – PCC – Primeiro Comando da Capital/El grupo criminal brasileiro de las cárceles*. Gráfica Movimento, Brasília, 2020.
- LIMA, Octavio de Lima. *A Guerra do Paraguai*. Editora Planeta do Brasil, São Paulo/SP, 2017.
- OLIVEIRA, Dominique de Castro & Marco Aurélio Souza Bezerra (Coordenador). *Manual de Investigação de Crime de Roubo de Valores*. Departamento de Polícia Federal, Diretoria de Combate ao Crime Organizado, 2011.

4. Tráfico Internacional de Pessoas
--

15 horas

Ementa:

Marcos normativos em âmbito internacional e nacional sobre tráfico de pessoas. Diferenças conceituais: tráfico de pessoas, contrabando de migrantes e migração indocumentada. Modalidades, adequação típica e vitimologia afeta ao tráfico de pessoas. O caráter transnacional do crime de tráfico de pessoas e a facilidade de transposição de pessoas pelas fronteiras do Brasil. Dificuldades de produção probatória e elucidação de crimes de tráfico de pessoas.

Objetivos:

- Capacitar os estudantes para reflexão e entendimento sobre a gravidade do crime de tráfico de pessoas, conceito, tipologia e a cifra negra que circunda tal crime, bem como as dificuldades de proteção do ser humano nas regiões de fronteira.

Bibliografia Básica:

- CARDOSO, G. A. *Tráfico de Pessoas no Brasil: de acordo com a Lei 13.344/2016*. Curitiba: Juruá, 2017. 114 p.
- FIGUEIREDO, L. V. S. de. *Direitos sociais e políticas públicas transfronteiriças: a fronteira Brasil-Paraguai e Brasil-Bolívia*. Curitiba, Paraná: CRV, 2013.
- GEBRIM, L. M. *A interface entre o subsistema cultural e o tráfico de pessoas*. Revista Direito e Praxis, vol. 7(1), 2016.
- RODRIGUES, T. C.. *Tráfico internacional de pessoas para exploração sexual*. São Paulo: Saraiva, 2013. 205 p.
- SARLET, I. W.. *A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional*. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.
- SILVA, A. S. da; SENNA, E.; KASSAR, M. C. M. (Org.). *Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes e Tráfico para os mesmos fins: Contribuições para o enfrentamento a partir de experiência em Corumbá-MS*. Brasília: OIT, 2005. 173 p.
- TREVISAM, E. *Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo: entre as presas da clandestinidade e as garras da exclusão*. Curitiba: Juruá Editora, 2015. 176 p.

ANEXO I – CORPO DOCENTE

Especialização em Segurança Pública e Fronteiras

Docente	Lotação	Reg. de Trab.	Titulação	Área do Conhecimento
Airton Pinto de Moura	UEMS	TIDE	Doutor	Administração
André Martins Barbosa	UEMS	TIDE	Doutor	Direito
Carlos Eduardo Malinowski	UEMS	TIDE	Doutor	Direito
Eliotério Fachin Dias	UEMS	TIDE	Doutor	Direito
Fernando Machado	UEMS	40hs	Pós-Doutor	Direito

Gabriel Luis Bonora Vidrih Ferreira	UEMS	TIDE	Doutor	Direito
Joaquim Carlos Klein de Alencar	UEMS	TIDE	Doutorando	Direito
José Roberto da Silva Lunas	UEMS	TIDE	Doutor	Administração
Lúcio Flavio Sunakozawa	UEMS	40hs	Pós-Doutor	Direito
Luciana Ferreira da Silva	UEMS	TIDE	Doutor	Matemática
Mateus Boldrine Abrita	UEMS	TIDE	Doutor	Economia
Ricardo Guilherme Silveira Correa Silva	UEMS	TIDE	Doutor	Direito
Rogério Turella	UEMS	TIDE	Doutor	Direito
Vania Mara Basilio Garabini	UEMS	TIDE	Doutora	Direito
Wander Matos de Aguiar	UEMS	TIDE	Doutor	Direito
Olivar Augusto Roberti Coneglian	TJMS	Convidado	Doutor	Direito
Marco José dos Santos	EB	Convidado	Doutor	Direito
Ludmila de Paula Castro Silva	MPE	Convidado	Doutora	Direito
Élcio Félix D'Angelo	MPE	Convidado	Mestrando	Direito
Ricardo Rotunno	MPE	Convidado	Especialista	Direito
Thiago Barbosa da Silva	MPE	Convidado	Especialista	Direito
Everson Antonio Rozeni	PMMS	Convidado	Especialista	Direito
Vinícius de Souza Almeida	PMMS	Convidado	Especialista	Matemática
Wagner Ferreira da Silva	PMMS	Convidado	Especialista	Direito
Davidson Pereira de Souza Afonso Pinto	PRF	Convidado	Mestre	Educação Física
Murilo Santos Moreira Leite	PRF	Convidado	Mestre	Administração
Chang Fan	PF	Convidado	Mestre	Direito
Nathalia Mai De Rose	PF	Convidado	Especialista	Farmácia
Ricardo Viana de Sousa	PF	Convidado	Especialista	Direito